

GOFFREDO TELLES JUNIOR

Vice-Diretor da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo

A REFORMA DA UNIVERSIDADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLÍTICOS

I B E P

1968

GOFFREDO TELLES JUNIOR

Vice-Diretor da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo

A REFORMA DA UNIVERSIDADE

A REFORMA DA UNIVERSIDADE

a reforma da Universidade: é o da que a
Universidade existe para o estudante.

"Servir ao estudante", este é que
deve ser o lema da reforma.

As escolas da Universidade não fo-
ram criadas para professores darem aulas.
Foram criadas para que os estudantes apren-
dam.

Tão simples, este princípio! En-
tretanto, bastaria seu reconhecimento, e o
Governo seria, levado, por força, a empreen-
der a renovação da Universidade. Uma vez
aceito este princípio, os erros
serão tolerados, pois, ao menos, as turmas ocu-
padas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLÍTICOS

IBEP

1968

À REFORMA DA UNIVERSIDADE

1 - A CRISE UNIVERSITÁRIA

Um princípio soberano deve nortear a reforma da Universidade: é o de que a Universidade existe para o estudante.

"Servir ao estudante", êste é que deve ser o lema da reforma.

As escolas da Universidade não foram criadas para professores darem aulas. Foram criadas para que os estudantes aprendam.

Tão simples, êste princípio! Entretanto, bastaria seu reconhecimento, e o Governo seria levado, por força, a empreender a renovação da Universidade. Uma vez aceito, não mais se tolerariam os erros mortais de nosso ensino superior. Não mais se tolerariam, por exemplo, as turmas oceâ-

nicas de alunos nas salas de aula; o abismo intransponível entre alunos e professores; os currículos inflexíveis, desajustados às inclinações dos estudantes; os programas e as preleções anti-diluvianas; as aulas práticas, que não são nem práticas, nem teóricas; a sonegação da cultura básica; a diplomação de profissionais inaptos ao exercício de qualquer profissão; o atraso do ensino causado pela cátedra monopolista; a obstrução oposta à carreira dos professores novos; o desprezo dos governos pelos Professores em geral; a recusa feita aos Professores das condições necessárias para que se possam dedicar integralmente ao ensino; a extrema cegueira de forçar alguns mestres, dentre os melhores, a se refugiarem nas Universidades dos Estados Unidos e da Europa.

Duas são as crises em que se divide, neste momento, nossa crise universitária. A primeira é de ordem espiritual. É revolucionária e universal. É um dos sinais dos Novos Tempos. A segunda é crise de estrutura escolar e é nacional.

As duas crises são distintas, evidentemente, mas, no Brasil e em muitos países, elas se entrelaçam, porque os erros e deficiências da organização escolar servem de motivo imediato para a sublevação da mocidade, embora esta sublevação tenha razões muito mais profundas e gerais do que as invocadas pelos próprios estudantes.

Começarei por me referir à crise da

embora saibam biologia e física, são incapazes de escrever uma carta decente a um amigo, ou de explicar, por exemplo, os motivos pelos quais o latim é matéria obrigatória nos currículos escolares da Rússia. Muitos os que, embora se vangloriem de haver lido Kafka, Salinger e cinco lições sobre o materialismo dialético, não saberiam dizer quais são os princípios primeiros do pensamento.

3 - A CULTURA BÁSICA

Nunca será demais insistir na importância fundamental da cultura básica, quando se trata de formar homens.

Chamo de cultura básica ao conjunto ordenado de conhecimentos sobre a natureza do homem, sobre a situação do homem no conjunto universal das coisas, sobre o valor do conhecimento humano, sobre a história do homem e sobre seus meios de expressão (línguas, artes, técnicas). Cultura básica, em suma, é cultura humanística. É a cultura que atende ao princípio do "Conhece-te a ti mesmo". E não há ciência mais preciosa do que esta.

Tal é a cultura que deve anteceder a quaisquer especializações, porque só ela é capaz de dar uma visão global do mundo e, portanto, de revelar o sentido verdadeiro

das visões parciais e especializadas. É ela que ordena o pensamento. É ela que mostra ao homem o que o homem é, dentro do Cosmos. É ela que coloca o homem em condições de escolher seu próprio caminho e de indicar o caminho a seus semelhantes. Só essa cultura tem a preocupação da felicidade do homem. E é isto que a torna soberana.

Em consequência, parece-me que uma Universidade não cumprirá sua missão, será sempre um malôgro, se nada mais fôr do que um aglomerado de departamentos, ou um ajuntamento de escolas especializadas, em que se estudem parcelas da realidade, como se cada uma pudesse ter qualquer sentido que não lhe viesse de suas conexões com o todo a que pertence. Não será uma Universidade, uma "universitas" (versus unum), mas uma Multiversidade, uma "multiversitas". Uma Multiversidade poderá, quem sabe, informar seus frequentadores, mas jamais formará homens.

Uma Universidade digna dêste nome, e que queira, verdadeiramente, estar a serviço da felicidade do homem, deve começar por dar, a todos os estudantes, uma cultura básica e humanística, que seja, ao mesmo tempo, cúpula dos estudos feitos no Ginásio e alicerce dos estudos que se irão fazer nas Faculdades.

Quero insistir; a primeira missão de uma Universidade é formar; a segunda, informar. Uma Universidade será uma traição a juventude se se limitar a lhe forne-

sicos seria uma instituição universitária. Por êle, teriam que passar todos os estudantes que, formados no Ginásio, desejassem ingressar, depois, numa Faculdade profissional.

Os exames finais do Ginásio seriam realizados nesse Colégio. Os reprovados voltariam para o Ginásio. Os aprovados optariam entre três caminhos: 1. iniciar, no Colégio Superior, seu curso universitário; 2. fazer, em escola não universitária, um curso profissional pós-ginasial; 3. contentar-se com o diploma de Ginásio.

O curso no Colégio Superior de Estudos Básicos seria de quatro anos. Nos dois primeiros anos, as matérias deveriam ser as mesmas para todos os alunos (Filosofia, História, Política, Línguas, Literatura...). Nos dois últimos anos, os alunos optariam pelo Curso Clássico ou pelo Curso Científico, em conformidade com suas inclinações naturais.

Os aprovados nos exames finais do Colégio Superior receberiam o grau de Bacharel: Bacharel em Letras, os formados pelo Curso Clássico; Bacharel em Ciências, os formados pelo Curso Científico.

Os Bacharéis que quizessem continuar seus estudos na Universidade, poderiam se candidatar às vagas das Faculdades. Apresentariam seu histórico escolar, com a média das notas obtidas nos exames dos quatro anos do Colégio Superior. Se o número

de candidatos fôsse maior do que o de vagas, estas seriam preenchidas, em cada Faculdade, com os candidatos de melhores médias.

Os Bacharéis que não conseguissem vagas nas Faculdades poderiam optar entre aguardar nova oportunidade, em outra época de matrículas, ou ingressar no Quinto Ano Especial do Colégio Superior, a fim de tentar obter, por meio de bons exames, uma melhoria de sua média. Poder-se-ia conceder aos estudantes a possibilidade de cursar duas vezes o Quinto Ano Especial. Se, após cursar duas vezes o Quinto Ano, o Bacharel ainda não conseguisse média suficiente para ingresso em Faculdade, conceder-se-lhe-ia a possibilidade de se preparar por conta própria e de se submeter, quantas vezes quizesse, a Exame Completo no Colégio Superior, para o fim de melhorar sua média.

Os estudantes que se desinteressassem dos cursos superiores, sempre poderiam fazer cursos técnicos ou culturais não universitários, como, por exemplo, os de química industrial, eletrônica, desenho, línguas, história.

Saltam aos olhos as vantagens dêste regime. Assinalemos as seguintes:

1. A realização dos exames finais do Ginásio no Colégio Superior e, portanto, dentro da Universidade, forçaria os Ginásios a manterem seus cursos à altura dos padrões oficiais.

2. A passagem obrigatória dos estudantes pelos quatro ou cinco anos universitários do Colégio Superior seria uma garantia de cultura básica, na formação dos futuros profissionais.

3. Para ingresso nas Faculdades, o sistema de médias, acima descrito, substituiria, com grande vantagem, o dos chamados exames vestibulares, porque seus efeitos nada mais seriam do que a natural consequência de um curso, enquanto que os exames vestibulares constituem uma barreira ou um obstáculo, artificialmente introduzidos entre dois cursos e escandalosamente desligados do curso que lhes é anterior.

4. O atual problema dos excedentes seria suprimido, porque os estudantes não aprovados nos exames finais do Colégio Superior estariam simplesmente reprovados e permaneceriam nesse Colégio, onde, num quinto ano especial, tornariam a se preparar para a prestação de novos exames finais. Mesmo depois de três reprovações nesses exames, e excluídos do Colégio Superior, teriam os estudantes, embora não mais alunos do Colégio, a possibilidade de repetir tais exames quantas vezes quisessem. E, quando resolvessem não mais prestá-los, ainda se lhes poderia oferecer, como já foi dito, cursos não universitários, com objetivos profissionais ou simplesmente culturais.

5 - FLEXIBILIDADE DOS CURRÍCULOS

Uma vez formado pelo Colégio Superior de Estudos Básicos, o estudante estaria em condições de escolher seu ramo universitário. O que seria preciso é que a Universidade lhe oferecesse, neste momento, a possibilidade de optar pelo currículo de estudos mais conforme com suas inclinações e desejos.

Já não tem mais nenhum cabimento o sistema, atualmente adotado, de forçar o estudante a se submeter a currículos de estudo, que não são os de que êle necessita, para atingir os objetivos por êle almejados. Em lugar de currículos rígidos e ancilizados, que os estudantes repelem, adotem-se currículos flexíveis, que realmente interessem aos que os procuram.

Já no Colégio Superior, como vimos, após dois anos de estudo, o aluno já deveria poder manifestar suas primeiras tendências culturais, e optar pelo Curso Clássico ou pelo Curso Científico. Terminado o Colégio Superior, competeria ao aluno exprimir, com mais precisão, essas mesmas tendências e organizar o currículo que melhor atendesse aos pendores de sua natureza e aos objetivos de sua mente.

Uma das bandeiras da reforma da Universidade deveria ser a da individualização do ensino.

É claro que essa individualização jamais seria ilimitada. Nem é isto que se deseja. A possibilidade do estudante de organizar seu currículo há de se verificar dentro de limites cientificamente estabelecidos e criteriosamente ditados pelas exigências da vida real.

Faça-se, antes de mais nada, o rol completo das profissões de nível universitário. Declarem-se, em seguida, as disciplinas obrigatórias, cujo estudo é indispensável para o competente e legal exercício de cada uma, e as disciplinas optativas, entre as quais o aluno deve escolher as que lhe aprouver.

Cada curso de disciplina optativa deveria valer um determinado número de pontos, que seriam creditados em favor do estudante do curso. O estudante só ficaria desobrigado das disciplinas optativas quando atingisse um certo total de pontos.

A nenhum estudante se concederia diploma de profissional, enquanto não tivesse cursado todas as disciplinas obrigatórias para o exercício da profissão por ele escolhida e as optativas por ele selecionadas.

Assim, se um aluno quer ser anestesista ou radiologista ou fisioterapeuta, seja-lhe permitido organizar seu currículo com as disciplinas obrigatórias para o exercício dessas profissões e com as optativas de sua predileção. Não se lhe impo-

nha a necessidade de fazer o curso completo de Medicina.

É óbvio que os diplomas teriam o valor correspondente ao do curso feito. O diploma de anestesista, por exemplo, é de categoria e alcance inferior ao do médico. O diploma de criminalista, inferior ao de bacharel em Ciências Jurídicas.

E nada deve impedir que o anestesista complete, em qualquer tempo, seu curso de Medicina e se promova a médico, e que o criminalista complete seu curso de Ciências Jurídicas e se faça bacharel em Direito.

Se o estudante, além de fazer curso estritamente profissional, ou não quizer fazer curso dessa espécie, desejar se dedicar à cultura, propriamente dito, sejam-lhe oferecidos cursos que atendam a seus anseios, como, por exemplo, os de Filosofia, História, Política, Línguas, Literatura, Belas Artes, Música.

A adequação dos currículos às inclinações pessoais do estudante acarretaria três vantagens imediatas. A primeira seria o natural aumento do interesse do aluno pelos estudos, uma vez que ele só ficaria obrigado a estudar as matérias que lhe iriam ser úteis ou que fôsem de seu agrado. A segunda seria a eliminação do desperdício de ensino, ou seja, a supressão do ensino dado sem motivo e sem proveito. E a terceira, consequência da segunda, seria

a ampliação, provavelmente considerável, da capacidade de matrículas nas Escolas da Universidade, precisamente porque não haveria alunos recebendo ensino inútil e, portanto, ocupando os lugares de outros alunos, aos quais êsse mesmo ensino seria de real proveito.

6 - ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E DOS PROCESSOS DE ENSINO

Mas não basta oferecer aos estudantes currículos flexíveis. É preciso, também, que os programas dos cursos e os processos de ensino lhes sejam verdadeiramente proveitosos.

É inadmissível, nos cursos universitários, a recitação monótona da mofada sabedoria de um mundo superado. Hoje, os conhecimentos não andam de caravela. Cada nova descoberta é anunciada, instantaneamente, aos quatro cantos do globo. Cada passo do progresso social repercute, sem demora, por toda a Terra. Não há universitário que não saiba das mensagens dos cientistas, dos políticos e dos filósofos. O de que os estudantes precisam e o que êles querem é que lhes seja dada, nas Escolas Superiores, uma clara visão do extraordinário Mundo Novo, de que êles ouvem falar e em que terão de conquistar um lugar ao sol.

Não pode a Universidade aparecer,

aos olhos dos estudantes e aos olhos do País inteiro, como um instrumento a serviço de uma sociedade caduca, e se apresentar como forja ou molde em que a juventude é plasmada para ser sustentáculo de um anacrônico estado de coisas, que nada mais tem com os novos tempos, que não pode mais subsistir, mas que emperra e quer perpetuar-se.

Não pode uma mocidade ser mutilada em seus sonhos de futuro, por uma Universidade voltada para o passado. Não pode um País ser prejudicado, em sua caminhada para frente, por uma Universidade que não lhe assegure recursos humanos à altura do progresso científico de nosso tempo.

Na reforma da Universidade, ao lado da bandeira da individualização do ensino, erga-se a da atualização dos programas e dos ensinamentos, para a capacitação profissional dos estudantes, em razão de seus próprios interesses e das necessidades reais do Brasil e do Mundo.

Como tornar efetiva essa atualização? É claro que a solução deste problema está nas mãos dos Professores. Cada Professor há de poder organizar seu programa. A liberdade de cátedra é princípio insubstituível. Mas creio que um meio existe de evitar, até certo ponto, o rebaixamento dessa liberdade ao direito de estagnar o ensino. Poder-se-ia como condição das promoções do Professor e do conseqüente aumento de seus vencimentos, o reconhecimento, por parte da Congregação, dos méritos de sua

atividade universitária. Mencionarei esta condição ao me referir à carreira do Professor.

Mas, além da atualização dos programas e dos ensinamentos, é imprescindível, também, a modernização dos processos de ensino.

Antes de mais nada, é preciso a criação das comunidades formadas por alunos e Professor.

Não se compreende mais que todo ou quase todo o ensino seja ministrado por meio de aulas dadas em estilo de conferência a turmas imensas de alunos. Ninguém nega a utilidade da preleção, para a exposição dos lineamentos gerais de uma disciplina. E as preleções podem ser proferidas, em regra, perante turmas grandes. Mas o que afirmamos é que esse tipo clássico de preleção está muito longe de ser suficiente, para que o ensino atinja nível satisfatório.

Cada vez mais se comprova que os estudantes não prescindem do contato direto com seu professor. Não lhes basta ouvir a aula. Anseiam por ter o Professor a seu alcance, para dirigir-lhe perguntas, expor-lhe dúvidas e problemas, e, com ele, pesquisar, comentar, discutir. Gostariam, até, de participar dos estudos do Professor. O que eles querem é a proximidade e o calor do mestre. O que eles querem é a colaboração entre alunos e Professores, todos irmanados no mesmo amor pela ciência. E o que

seria extremamente desejável é que o Professor conhecesse cada um de seus discípulos, pelo nome, pela inteligência, pela cultura, pela índole e pela vida fora da Escola.

Ora, nada disto é possível em turmas de cem, cento e cinquenta, duzentos alunos. Podem os Professores ser excelentes; em turmas desse tamanho, estarão fatalmente separados de seus alunos. Um ou outro, por dotes excepcionais, conseguirá alguma comunicação afetiva com os estudantes. Mas, na generalidade dos casos, a separação é um abismo. O Professor se torna inacessível para o aluno. E, dos alunos, o Professor só conhece os vultos. Como há de o Professor cumprir, nessas circunstâncias, sua missão de guia e de amigo?

O processo de "seminário" e de pequenas turmas, com não mais de trinta e cinco alunos, deve ser adotado, obrigatoriamente, em todos os cursos regulares da Universidade. Preleções, para a exposição geral da matéria; "seminário" ou pequenas turmas, para o estudo particular dos assuntos e dos capítulos em que a matéria se divide, assim como para os trabalhos de laboratório.

Não se diga que o que acabo de preconizar é mera utopia. Tomemos um exemplo concreto. Seja uma turma de 420 alunos. Para ouvir preleções de uma determinada disciplina, esta turma seria dividida em quatro sub-turmas de 105 alunos. Para estudar em "seminário", dividida em doze sub-tur-

mas de 35 alunos. Dois Professôres se incumbiriam das preleções: cada um se encarregaria de duas sub-turmas de 105 alunos. Os "seminários" precisariam de quatro Professôres: cada Professor se encarregaria de três sub-turmas de 35 alunos. Ao todo, seriam necessários, portanto, seis Professôres da mesma disciplina. Considerando-se o número atual de Professôres, incumbidos de reger cada uma das disciplinas da Universidade (Catedrático, Livre-Docentes, Assistentes, Professôres Associados, Instrutores), o número de seis Professôres, para ensinar uma disciplina a uma imensa turma de 420 alunos, é menos do que módico.

É claro que o regime de "seminário" implica regime de "tempo integral". Isto pode não ser de agrado dos que se habituaram a pensar que o estudo e o magistério superior são adornos que se acrescentam às ocupações sérias da vida. Mas os que assim pensam (e os que assim não pensam, mas têm interêsse em que assim seja) não estão em condições de pertencer a uma Universidade.

Um grande problema universitário é o suscitado pelos cursos noturnos. Êstes cursos foram instituídos para permitir que seus alunos pudessem trabalhar durante o dia. Mas a experiência provou, cabalmente, que os alunos da noite não têm possibilidade de estudar como deveriam. As turmas noturnas, embora demonstrando boa vontade, são sensivelmente mais fracas, em média, do que as diurnas. Embora compensem, até certo ponto, com um amadurecimento maior de

espírito, o cansaço com que assistem às aulas, são turmas que não têm tempo para estudar convenientemente. E não se vê por quê motivo há de uma Escola formar profissionais tipo A e profissionais tipo B.

Se se quiser manter os cursos noturnos, para atender às circunstâncias de nosso ambiente social, então devem eles ser dados, rigorosamente, no mesmo regime dos cursos diurnos, isto é, no regime de preleções e de seminários. Em consequência, os cursos noturnos terão, forçosamente, duração maior do que a dos cursos diurnos. Esta é uma imposição inelutável.

Ainda sôbre a renovação dos processos de ensino, deve a Universidade aparelhar-se para aproveitar, ao máximo, em benefício dos alunos, os aperfeiçoamentos técnicos dos meios de comunicação, como, por exemplo, o sistema audio-visual que permite ao estudante receber a aula pelos ouvidos e pelos olhos, simultaneamente.

Mas, advirta-se, a adoção das técnicas mecânicas de ensino deve ser feita com prudência, porque, segundo tudo indica (inclusive segundo experiências já realizadas em diversos países), tais técnicas não podem substituir a presença e o trabalho do Professor, em contato direto com seus alunos. Os educadores consumados sabem o quanto êsse contato direto pode ser superior a qualquer outro processo, para conquistar a atenção persistente da turma, suscitar o interêsse duradouro pelo estudo e conseguir disciplina em classe.

7 - INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Uma vez terminado o curso superior normal, estaria o graduado em condições de começar a sua vida profissional. Se desejasse aperfeiçoar-se, deveria poder matricular-se nos Cursos de Pós-Graduação da Universidade. Se quizesse doutorar-se, teria que defender, perante comissão de professores, as teses que lhe fôsem exigidas.

O que me parece de capital importância é que somente doutôres possam ser legalmente admitidos na carreira de Professor do ensino superior. E seria de extraordinário alcance que o doutor só pudesse ser Professor depois de fazer, em Instituto competente, um curso completo de capacitação docente. Este curso, com duração de dois anos, só estaria aberto para estudantes doutôres.

Note-se que não nos referimos, apenas, aos Professôres da Universidade. Referimo-nos a todos os Professôres do ensino superior. A lei prescreveria que o Professor do ensino superior deve ser doutor, com diploma de Professor, concedido pelo Instituto de Capacitação Docente da Universidade.

Esta exigência teria dois efeitos notáveis: 1. Afastaria da carreira docente os inaptos, os diletantes, os aventureiros;

2. Solucionaria, em grande parte, o angustiante problema da degradação do ensino superior naquelas Faculdades particulares que não têm condições de cumprir sua missão.

Em magistral artigo, publicado no "O Estado de São Paulo" de 8 de junho, Anísio Teixeira afirma: "Não são mudanças formais de estrutura que nos irão dar a ciência de que precisamos" (.....) "O problema das universidades brasileiras é o da competência do professor e o de sua paixão pelo saber".

8 - A CARREIRA DO PROFESSOR

O diplomado pelo Instituto de Capacitação Docente estaria em condições legais de lecionar em Escola Superior.

Dentro da Universidade, a carreira do Professor carece de imediata reformulação. O sistema atual da cátedra monopolista e dos Catedráticos sem estímulos tem sido uma das causas principais da estagnação de nosso ensino e do que, irreverentemente, se tem chamado de "fossilização" dos Professores.

A experiência demonstra que alguns Catedráticos vão perdendo, ano após ano, um pouco daquela chama sagrada, que os fez ascender à posição que ocupam. Humano, muito humano, este gradual relaxamento do espíri-

to. Tendo atingido o ápice da carreira, não mais alimentados por estímulos de luta, Catedráticos há, em verdade, que sentem extinguir-se nêles, lentamente, o ardor do estudo. Chegam a não mais acompanhar a evolução das ciências em que se especializaram. Acabam por aferrar-se a velhas idéias, que os mantêm ligados aos anos de sua mocidade. A juventude irrequieta, que os rodeia e é prenúncio de futuro, agasta-os de mais a mais. Nostalgia e enfado se apoderam dêles. Arrefece seu amor pela Escola e pelo magistério. E suas aulas são entregues aos assistentes, ou passam a não ser mais do que meros atos de rotina.

Quem sustentaria que tais professores estejam em condições de lecionar numa Universidade? Entretanto, continuam sendo, pelos anos afóra, senhores absolutos do ensino universitário.

A entronização do Catedrático e a monopolização da cátedra são insídias com dois efeitos frequentes. O primeiro é o que acabamos de mencionar: o insinuoso desencanto, o desinterêsse crescente do Professor, por uma carreira que não lhe pode mais oferecer nenhuma promoção. O segundo é o bloqueamento da carreira dos Professores novos, que ficam impedidos de subir na escala hierárquica do magistério, enquanto o Catedrático não se aposenta. Esses dois efeitos acarretam a estagnação do ensino.

Creio que a solução para êsse problema está na manutenção do Professor em permanente regime de carreira ascensional.

Desde o momento em que o Professor ingressa no primeiro degrau de sua carreira, e durante todo o tempo em que se mantém no exercício do ensino, deve ele ter a possibilidade de ser promovido. Sua última promoção, para atingir o ápice de sua carreira, ele a poderia obter ao ser aposentado, no caso de a merecer. E, em nenhuma fase de sua ascensão, deve ele encontrar o caminho obstruído.

A primeira providência a ser tomada é a de fixar, em cada Faculdade, Escola e Instituto da Universidade, o número de Professores necessários para o ensino de cada disciplina.

Receber-se-iam, em seguida, as inscrições dos candidatos ao primeiro degrau da carreira de Professor Universitário. Só se poderiam apresentar, como já foi dito, os doutores diplomados pelo Instituto de Capacitação Docente.

Dentre os candidatos inscritos, selecionar-se-iam, mediante concurso de títulos e provas e por meio de testes e entrevistas, tantos Professores quantos fossem necessários para o ensino em conformidade com o levantamento já feito.

O primeiro degrau da carreira do Professor universitário seria o de Instrutor.

Após cinco anos, a contar de sua nomeação, poderia o Instrutor candidatar-se a Livre-Docente (Professor Assistente).

Apresentaria seus títulos e o relatório de suas atividades à Congregação a que pertencesse. Submeter-se-ia a uma prova escrita e a duas provas didáticas. Se aprovado, seria promovido.

Após mais sete anos, o Livre-Docente passaria a aguardar sua promoção a Catedrático (Professor Pleno). Esta promoção só se daria por decisão da Congregação, tomada em escrutínio secreto, com a presença mínima de dois terços de seus membros.

Decorridos mais dez anos, o Professor, agora Catedrático (Professor Pleno), poderia aspirar a ser promovido a Mestre. Esta promoção se faria pelo mesmo processo da promoção anterior.

Finalmente, o Mestre, ao se aposentar, poderia, ainda pelo mesmo processo, ser promovido, se o merecesse, a Professor Emérito. E nada deveria impedir que o Professor Emérito, embora aposentado, continuasse participando da sua Congregação e de seu Instituto ou Departamento de ensino, ao menos como pesquisador e conselheiro.

A carreira do Professor teria, pois, cinco estágios: o de Instrutor, o de Livre-Docente (Professor Assistente), o de Catedrático (Professor Pleno), o de Mestre e o de Professor Emérito.

O que é preciso que fique bem claro é que, pelo sistema descrito, as vagas de Professor são sempre vagas no primeiro

degrau da carreira de Professor. Se, por exemplo, um Catedrático se aposenta, não se abre uma vaga de Catedrático, mas uma vaga de Professor, ou seja, uma vaga de Instrutor, que deve ser preenchida por um doutor diplomado pelo Instituto de Capacitação Docente.

O concurso de títulos e provas só seria exigido para o ingresso na carreira de Professor.

As promoções, a partir do segundo degrau da carreira, só seriam condicionadas por quatro fatores: decurso do tempo, eficiência didática, realização de obra cultural de valor e reconhecimento dos méritos do Professor pela sua Congregação.

Nenhuma promoção dependeria de concurso, porque a promoção não seria preenchimento de vaga, mas simples ascensão na carreira do Professor.

É evidente que as promoções implicariam aumento de vencimentos.

Poder-se-ia estabelecer que o Professor só adquire estabilidade ao atingir o segundo grau da carreira, ou seja, ao ser nomeado Livre-Docente (Professor Assistente). O Instrutor, que não revelasse aptidão para o magisterio seria dispensado.

O Professor estável, que se incompatibilizasse com o ensino ou dêle se desinteressasse, pleitearia sua jubilação, ou

se fôsse o caso, seu aproveitamento em outra atividade universitária (pesquisa, por exemplo).

A divisão das tarefas entre os Professores de uma mesma disciplina seria feita em conformidade com as preferências e aptidões de cada um, dando-se prioridade, na escolha delas, aos Professores de mais alta graduação e, em caso de coincidência de escolha entre professores de igual graduação, aos Professores mais antigos. Em consequência, tanto as aulas teóricas (preleções) como os trabalhos de seminário e de laboratório poderiam ficar a cargo de Instrutores, Livre-Docentes, Catedráticos ou Mestres.

Os Catedráticos e Mestres teriam o privilégio de decidir sobre os programas. Mas, na elaboração dos mesmos, todos os Professores deveriam ser ouvidos.

No Sistema que acaba de ser descrito, Mestres e Catedráticos ocupariam os postos mais altos da carreira ascensional do Professor militante. Chegariam a tais postos após muitos anos de dedicação ao estudo e ao ensino. Seriam eles, sem dúvida, os Professores militantes principais, dentro da hierarquia da carreira universitária. Mas a sua presença não obstruiria a ascensão de nenhum Professor. Em tese, todos os Professores de uma disciplina, poderiam, ao mesmo tempo, chegar a Mestre. É evidente que, na prática, esta hipótese não teria muito probabilidade de se verificar. Mas o simples fato de ser ela possível re-

vela, desde logo, todo o espírito do sistema proposto.

9 - OS INSTITUTOS OU DEPARTAMENTOS

Professôres Eméritos, Mestres, Catedráticos (Professôres Plenos), Livre-Docentes (Professôres Assistentes) e Instrutores poderiam se agrupar em Institutos. Nos Estados Unidos da América, tais Institutos se chamam Departamentos, motivo pelo qual nossas leis sobre organização universitária passaram a empregar esta designação (Decreto Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 e Consolidação dos Estatutos da Universidade de São Paulo).

Um mesmo Instituto (ou Departamento) poderia congrega Professôres de uma só disciplina ou de disciplinas autônomas, mas afins, inclusive de disciplinas afins ministradas em Estabelecimentos diversos da Universidade. O Instituto de Economia, por exemplo, reuniria Professôres da Faculdade de Ciências Econômicas e os Professôres de Economia da Faculdade de Direito.

A criação de tais Institutos, porém, deveria ser facultativa. Organizar e manter Institutos ou Departamentos, que não fôssem úteis ao ensino, redundaria em lamentável desperdício de esforço, tempo e dinheiro. Institutos ou Departamentos su-

pérfluos seriam uma complicação inútil, dentro da organização universitária.

Não se queira, sobretudo, substituir as Faculdades pelos Departamentos. Isto seria um erro imperdoável. Organizem-se Departamentos, mas mantenham-se as Faculdades.

A substituição das Faculdades por Departamentos não se reduz, como se poderia pensar, a uma simples troca de nomes. A divisão de uma Universidade em Faculdades é feita segundo o critério da divisão da sociedade em grupos humanos. A divisão de uma Universidade em Departamentos é feita segundo o critério da divisão da ciência. Cada Faculdade abriga um grupo social, caracterizado por uma fisionomia espiritual determinada, um determinado modo de ser, de pensar, de querer. Cada Departamento cobre uma determinada área da ciência humana.

As duas divisões são válidas. Mas são inconfundíveis. A primeira é feita pela vida. A segunda, pela Filosofia. A primeira é prática e operativa. A segunda é teórica e especulativa.

Considerando que a Universidade visa, antes de tudo, a formação de homens para a vida, a primeira divisão é, incontestavelmente, a melhor. Embora a segunda seja filosófica, a primeira é muito mais realista. Só a primeira oferece ao estudante uma amostra do grupo humano dentro do qual ele vai exercer sua profissão.

Dividir a Universidade em Departamentos, abolindo-se as Faculdades, é violentar a natureza das coisas, porque é forçar a vida real a tomar formas lógicas.

A substituição das Faculdades profissionais pelos Departamentos científicos entraria em conflito, não somente com as melhores tradições de nossas Escolas Superiores, mas, principalmente, com a índole fundamental da gente brasileira. Essa substituição seria um atentado à realidade básicas de nosso País.

Observem-se as nossas Escolas Superiores. Elas não são, apenas, estabelecimentos onde se pretendem ensinar determinadas disciplinas. São muito mais do que isto. São agrupamentos humanos diferenciados: diferenciados pela cultura, mas também diferenciados pela mentalidade e pela maneira de ver a vida e os problemas do homem.

Nossa juventude, espelho do povo, é heterogênea. O moço de nossas escolas é cioso de sua personalidade. Aliás, o individualismo, como se sabe, é traço característico do homem brasileiro. A personalidade de um estudante da Politécnica não é semelhante a de um estudante de Ciências - econômicas. A mentalidade de um futuro advogado não é semelhante a de um futuro sociólogo.

Não se queira misturar, portanto, num mesmo estabelecimento universitário, estudantes de espíritos diferentes. Não se

queira "estandardizar" os estudantes brasileiros, por meio de Departamentos copiados dos Estados Unidos da América. Isto seria fechar mais uma vez os olhos para a realidade de nossa Terra. Lembremos que o Brasil já sofreu demasiado pelo seu vício incorrigível de plagiar, deslumbradamente, instituições alienígenas.

Complicação inútil é, sem dúvida, o Conselho Departamental, a que se referem os Arts. 53 a 55 dos atuais Estatutos da Universidade de São Paulo. Não se vê por quê motivo este Conselho, constituído de Professores da Congregação e de um ou dois representantes do corpo discente (Art. 54), teria melhores condições do que a própria Congregação, para opinar e deliberar sobre questões de ensino e pesquisa. Aliás, em conformidade com os mesmos Estatutos, as Congregações continuariam a ser os órgãos superiores na direção didática dos Estabelecimentos (Art. 56).

Sobre as questões de ensino e pesquisa de cada disciplina, quem deve opinar e deliberar são os Professores de cada disciplina, respeitadas as normas baixadas pela Congregação. O Conselho Departamental, inserido entre Professores e Congregação, é uma excrescência, que não pode subsistir.

O que se deveria vedar, em consonância com o Art. 1º do Decreto Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, é a multiplicação injustificável de meios para fins idênticos. Em consequência, disciplinas comuns

a mais de um estabelecimento poderiam ter regência comum.

Mas esta unificação também deve ser facultativa e somente adotada quando ela não prejudicasse o ensino. É sabido, que às vezes, a mesma disciplina precisa ser lecionada de maneiras diferentes em Estabelecimentos diferentes. Exemplo típico de disciplina desta natureza é a Medicina Legal, que não pode ser ensinada da mesma maneira na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito. Não havendo regência comum de tais disciplinas, nada impede que seus Professores se congreguem em Institutos ou Departamentos.

10 - A SUBLEVAÇÃO DA JUVENTUDE

Duas palavras, por fim, devem ser ditas sobre a atitude das autoridades universitárias, diante da juventude de nossas Escolas Superiores.

Na reforma da Universidade, o que é preciso, antes de mais nada, é uma radical mudança de mentalidade das direções escolares e dos professores.

O estudante não pode continuar a ser pageado como se fôsse um pobre infeliz, que nunca soubesse o que é melhor para ele. Revolta-o todo tratamento paternalista. O

estudante não é o que muitos parecem pensar: um ignaro, um desnortado, um insensível.

E não pode, também, continuar a ser olhado como um inimigo. Seus requerimentos não precisam ser recebidos com desconfiança, como se fôsses as ciladas do demônio. Nem é necessário dificultar as suas manifestações legítimas. Não se lhes negue o direito de reunião. Não se lhes retirem suas salas de conferências. Não se lhes proíba realizar suas sessões culturais e políticas. Nas sessões oficiais, não se diga: "Vai falar o representante dos estudantes", como se o orador não tivesse um nome.

Para beneficiar um professor, não se sacrifiquem turmas inteiras de alunos. Não se deem motivos para que algum estudante torne a exclamar: "Srs. Professores, façam caridade a quem quizerem, mas não a nossa custa!".

E quando surgirem, entre os estudantes, os inconformados e os pregoeiros de uma nova ordem, ninguém se escandalize e se desespere: nada mais natural do que isto. Ou haverá quem pense que as estruturas sociais já atingiram o estágio supremo da perfeição? Quase todos os homens do atual Governo foram subversivos. E os estudantes de hoje serão Governo dentro de seis anos. O que à Universidade compete não é sufocá-los, mas fazer deles bons governantes.

As autoridades do ensino, que agi-

rem dentro do espírito de nosso tempo, terão extraordinária autoridade, em seus entendimentos com os alunos. Serão sempre ouvidos com respeito. Suas ordens, sejam quais forem, serão acatadas pela maioria, porque todos saberão a intenção que as inspirou. Poderão ser enérgicos e intransigentes no cumprimento da lei, porque serão apoiados na repressão à desordem. E é certo que os estudantes os procurarão, para que participem de seus movimentos de renovação e de vanguarda.

Nada conseguirão, porém, os mestres que permanecerem ancorados à melancolia das coisas passadas.

Quando os estudantes proclamam que "a imaginação tomou conta do poder", o que eles realmente estão dizendo é que "a imaginação tomará conta do poder". E o que eles querem significar com a magia desta frase é que os atuais governantes da Terra, enredados numa cultura recebida em sua longínqua mocidade, não são nem sequer capazes de "imaginar as formas que o alucinante progresso da humanidade vai imprimir ao Mundo.

A juventude pertence ao Mundo das Formas Novas. E, a este Mundo, podem também pertencer os mestres que tiverem juventude de espírito.

Eu creio que nem tôda mocidade é bem consciente dos motivos profundos de sua inquietude e de sua sublevação. Ela é in-

tuitiva e age por um secreto impulso, cujas origens e cujos fins talvez não sejam bem conhecidos. Uma idéia, porém, me parece constituir a luz que a dirige, e essa idéia é a de que o Mundo, que eles receberam de seus maiores, está marcado pela tragédia. De um lado, o que os moços vêem é o desespero dos oprimidos; do outro, a angústia dos opressores. O que os moços vêem é que nem uns nem outros são felizes. A felicidade, que é o que só interessa aos moços, foi banida da Terra.

Para os moços, Mundo velho significa fracasso. É um Mundo desumano, porque é um Mundo dividido por barreiras que nada têm com a felicidade do homem.

Aos olhos dos moços, o que importa não é dividir o Mundo, mas ser feliz. Os moços de toda a Terra se sentem irmãos uns dos outros. Por quê devem eles se odiar uns aos outros? Por quê hão de ser soldados de impérios que se detestam? Os moços não se detestam. Pelo contrário, eles se entendem perfeitamente, e se comunicam por meio da música e da poesia. Um imenso anseio de paz e de unidade os congrega. E é isto que os faz executar os mesmos gestos, ao mesmo tempo, em todos os países.

Com esta atitude, os moços se desvencilham do Mundo que os viu nascer, e ingressam, mesmo que não o percebam, no Mundo dos Tempos Novos.

Nos Tempos Novos, as velhas divi-

sões tendem a se esfumar e desaparecer. Mesmo as divisões que pareciam essenciais perdem seu sentido.

Na primeira metade dêste século, ainda se dizia que o Mundo estava dividido entre materialistas e espiritualistas. Mas a que se reduz essa divisão, nos dias de hoje?

Primeiro, foram os filósofos, como Bergson, Teilhard de Chardin, Shri Aurobindo, que vislumbraram que a matéria e o espírito, longe de serem substâncias autônomas, são aspectos da mesma realidade. Hoje, é a própria Física que comprova a intuição dos pensadores. Nos laboratórios, depois dos trabalhos de Oparin, Haldane, Stanley, Miller, Calvin, Ponnampéruna, Sagan, Schramm, James Watson, cada vez vai ficando mais difícil distinguir o vivo do não-vivo. E no campo da Psicologia moderna, as extraordinárias experiências da percepção extra-sensorial, entre as quais avultam as dos grupos Rhine, da Universidade de Duke, nos levam, de mais a mais, à convicção de que a realidade do Mundo deve ser inteiramente diversa da imagem que dêle fazemos. As divisões dessa realidade, no espaço e no tempo, são provavelmente, meras aparências, resultantes da incapacidade de nossos sentidos de perceber a unidade do todo.

As distinções de qualquer ordem, mesmo as distinções entre o perto e o longe, entre o passado, o presente e o futuro só existem, segundo tudo indica, para

quem ainda se obstina em permanecer encerrado em sua gaiola, e só quer espreitar o Mundo através das grades de seus cinco sentidos.

Para os homens acordados de nosso tempo, tudo é vivo: o homem, o vegetal, a pedra. Para eles, a vida, desde sempre, se moveu no estofo do Mundo. Para eles, matéria e espírito não se separam e são princípios de tôdas as coisas. E é por isto que eles acreditam na espiritualidade da matéria. Para eles, e certamente para os moços, ideais políticos designados pelos nomes de materialismo e espiritualismo, esquerda e direita, comunismo e nazismo, são velharias de um mundo em agonia.

Tais expressões, como bandeiras ou sínteses de ideais, ainda são utilizadas, às vezes, mas somente por quem tem cabelos brancos na alma e não é capaz de entender o que está acontecendo. São expressões que pertencem, também ao vocabulário de certos políticos e de certos militares. Os governos de força delas se servem para perseguir os adversários. Cientistas e Professôres eminentes foram banidos do Brasil, em nome dessas obsoletas e superadas bandeiras.

Os próprios moços as empregam, mas por metáfora, ou equívoco, ou pobreza de linguagem, porque, via de regra, os moços nem sequer tiveram tempo de tomar conhecimento da dialética materialista e do materialismo histórico. Com elas, o que os moços querem exprimir é que não concordam com o que aí está, e que são contra as estru-

turas convencionais do Mundo em que vivem.

Os moços insubmissos dos países soviéticos se qualificam de liberais. Os moços insubmissos dos outros países se qualificam de comunistas. Na verdade, nem os primeiros são liberais, nem os segundos são comunistas. O que eles são, certamente, é inimigos de um tipo de civilização que produziu a angústia universal.

Que fazer diante dessa crise estudantil? Parece-me que, para os responsáveis pelo encaminhamento da juventude, só há uma atitude legítima: a da exata compreensão do que tal crise representa na história moderna do Mundo e, em consequência, a de liderança consciente e prudente do grande movimento revolucionário da mocidade.

Ninguém se iluda: a sublevação da juventude do Mundo é um fato natural, dentro da correnteza da história. Opor-se a ela é opor-se ao progresso espiritual da humanidade.

Aos educadores compete comungar no sentimento de seu tempo e diligenciar para que a mocidade não se exceda e não se extravie. Os educadores que assim não fizerem serão deixados atrás. Serão postos à margem do caminho.

Í N D I C E

1.	A Crise Universitária	1
2.	Multidões Sem Cultura	3
3.	A Cultura Básica	4
4.	O Colégio Superior de Estudos Bás- sicos	6
5.	Flexibilidade dos Currículos	10
6.	Atualização dos Programas e dos Processos de Ensino	13
7.	Instituto de Capacitação Docente.	19
8.	A Carreira do Professor	20
9.	Os Institutos ou Departamentos ..	25
10.	A Sublevação da Juventude	30